ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 055 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quinze minutos. (SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:43 HORAS E REABERTA ÀS 08:52 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Deputado Eliene que assuma a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MAIO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar duas

Indicações:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Carlão Nascimento, a necessidade de construção da cobertura da quadra de esportes, três novas salas de aula, banheiros e reforma geral do prédio da EEPSPG “Alexandre Leite”, no Município de Ribeirãozinho.

Com fulcro no Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Carlão Nascimento, mostrando a necessidade de construção da cobertura da quadra de esportes, três novas salas de aula, banheiros e reforma geral do prédio da EEPSPG “Alexandre Leite”, no Município de Ribeirãozinho.

JUSTIFICATIVA

Pretendemos com a apresentação desta Indicação oferecer melhores condições de infra-estrutura à EEPSG “Alexandre Leite”, no Município de Ribeirãozinho, visando a suprir o aumento da demanda atualmente existente naquele colégio e proporcionar maiores oportunidades de lazer e integração social aos nossos jovens.

Com a construção de três novas salas de aula, de banheiros e reforma geral do prédio, a EEPSG Alexandre Leite poderá dar melhor atendimento a seus alunos, além de prover o colégio com maior capacidade de vagas para abrigar a crescente demanda.

Já com a construção da cobertura da quadra de esportes, buscamos maior engajamento dos nossos adolescentes na prática desportiva, gerando mais alternativas de recreação e lazer, afastando-os do caminho das drogas e do crime.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, Vítor Cândia, a necessidade de pavimentação asfáltica de dezessete quilômetros da Rodovia MT-326, no trecho que liga o entroncamento da BR-158 ao Município de Canarana.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-estrutura, Vítor Cândia, mostrando a necessidade de pavimentação asfáltica de dezessete quilômetros da Rodovia MT-326, no trecho que liga o entroncamento da BR-158 ao Município de Canarana.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo atender aos anseios de toda a população do Município de Canarana, que convive há anos com a expectativa da conclusão da obra de pavimentação asfáltica da Rodovia MT-326, que dá acesso àquela cidade.

A conclusão dessa obra depende da pavimentação asfáltica de um pequeno trecho de dezessete quilômetros, que liga o entroncamento da Rodovia BR-158 ao Município de Canarana.

Com a pavimentação do trecho restante dessa rodovia, o Município de Canarana ganhará novo impulso ao seu crescente desenvolvimento, estimulando novos investimentos de empresários que desejam instalar agroindústrias naquela região.

A recente criação do Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB, aprovado em regime de urgência pelos membros deste Parlamento, dará total condição de alocação de recursos para a execução dessa importante obra para aquele município.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

Esta Indicação nós já apresentamos pela terceira vez, e eu acredito que agora, com os recursos do FETHAB, ela deve sair.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Esta Presidência, em nome do Deputado Jair Mariano, agradece a presença dos dirigentes do PPS e do PSDB de Paranaíta, e do ilustre

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Vereador Presidente da Câmara de Paranaíta, Pedro de Alcântara. Sejam bem-vindos e se sintam em casa nesta Casa de Leis.

Com a palavra, o nobre Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar várias proposições:

1ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a colocação de placas de sinalização nas rodovias estaduais indicando o hospital mais próximo e sua distância.

O Governador do Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Torna-se obrigatória a colocação de placas de sinalização em locais estratégicos de todas as rodovias estaduais, indicando o hospital mais próximo e sua distância.

Parágrafo único A implantação dessa sinalização ficará a cargo do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso-DVOP.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O nosso Estado de Mato Grosso trilha o vertiginoso caminho do progresso rumo ao seu glorioso destino de líder do Centro-Oeste. Cresce em todos os sentidos e tem sido rasgado em todas as direções por novas rodovias que interligam os pólos regionais e os municípios entre si.

Ao propormos a criação de uma lei tornando obrigatória a colocação de placas de sinalização nas rodovias estaduais indicando o hospital mais próximo e sua distância, estamos pensando na vida e no valor que ela tem. Nas nossas estradas estaduais tanto trafegam os que conhecem o Estado quanto aqueles que vêm ao encontro de parentes e amigos, assim como as pessoas que vêm pela primeira vez.

Diante de um sinistro com vítimas, ou mesmo se alguém adoecer durante a viagem, se fica desorientado sem saber para onde se deslocar para procurar atendimento médico-hospitalar.

Com a colocação de placas de sinalização nas rodovias estaduais indicando a que distância se encontra um hospital, as pessoas poderão programar os deslocamentos transportando o acidentado ou a pessoa enferma, dirigindo-se para a frente, continuando a viagem ou, em certos casos, retrocedendo conforme a conveniência.

Temos plena convicção de que o presente projeto contará com o apoio de meus nobres Pares, pelo fato de a lei proposta ser a favor da vida.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.

Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade de urgente recuperação da rodovia MT-417.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora o envio de expediente indicatório ao Sr. José Carlos Novelli, Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso - DVOP, mostrando a necessidade de se recuperar com urgência a Rodovia MT-417, a

partir do entroncamento com a MT-208.

JUSTIFICATIVA

Já estamos no mês de maio, chegou ao fim o intenso e extenso período chuvoso, que no Nortão tem a duração mais prolongada. Sabemos que nenhuma estrada de chão com grande tráfego resiste à ação do tempo. O solo fica encharcado, criam-se enormes atoleiros, enquanto a vegetação das margens, estimulada pelo efeito provocado pela constante chuva e sol, cresce e toma conta de tudo.

Então, é de bom alvitre que o DVOP não tarde para proceder à recuperação dessas rodovias não pavimentadas, porque o período de estiagem é curto. E estamos sugerindo que seja incluída no rol de prioridades do DVOP a MT-417, a partir do entroncamento com a MT-208.

Essa estrada é de suma importância por servir e integrar uma das fronteiras agrícolas do nosso Mato Grosso, e necessita estar em perfeitas condições de trafegabilidade, a fim de que possa cumprir a sua finalidade de oferecer comodidade e segurança à expressiva população que dela necessita.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade de se proceder à recuperação e melhoria da Rodovia MT-206, entre Paranaíta e Apiacás.

Com fundamento no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora o envio de expediente indicatório ao Sr. José Carlos Novelli, Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso - DVOP, evidenciando a necessidade de se proceder à urgente recuperação da Rodovia MT-206, entre Paranaíta e Apiacás, com cascalhamento e roçada das laterais.

JUSTIFICATIVA

As rodovias onde predomina a tradicional estrada de chão, ao findar o período chuvoso, carecem mesmo de reparos e melhorias. A MT-206, no trecho entre Paranaíta e Apiacás, encontra-se em estado lastimável, necessitando de urgente recuperação, com encascalhamento, patrolamento, corte de serra e roçada das margens laterais.

Importante considerar que os dois municípios envolvidos precisam de uma estrada que permita tráfego eficiente, porque além dos deslocamentos de rotina existe também o aspecto econômico, com os produtos necessitando de escoamento e o comércio precisando se abastecer. Existe ainda a considerar o fato de a estrada poder garantir rapidez nas ocasiões em que por ela os doentes são transportados para receberem atendimento médico-hospitalar em centros com maiores recursos.

Por isso é que estamos sugerindo ao DVOP que inclua essa recuperação em seu rol de prioridades.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Preisente do DVOP a necessidade de se instalar placas de sinalização na Rodovia MT-320, entre Santa Helena e Alta Floresta.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora o envio de expediente indicatório ao

Sr. José Carlos Novelli, Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso - DVOP, mostrando a necessidade de se instalar placas de sinalização na Rodovia MT-320, entre Santa Helena e Alta Floresta.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia MT-320 continua sendo uma das estradas estaduais de maior importância no aspecto socioeconômico, e o tráfego através dela é sempre crescente, vez que as cidades que compõem a Grande Alta Floresta prosperam sem cessar.

No que tange ao serviço de sinalização através das placas indicativas, a situação é crítica, pois há muito tempo estão faltando vários tipos de sinalização, fato que causa preocupação, desconforto e risco de vida para todos os usuários daquela importante rodovia. Por isso estamos pedindo que o DVOP não demore para atender essa importante reivindicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade de uma ponte sobre o rio Braço Norte, na MT-419.

Com fundamento no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora o envio de expediente indicatório ao Sr. José Carlos Novelli, Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso - DVOP, mostrando ser necessária a construção de uma ponte na Rodovia MT-419, sobre o rio Braço Norte, numa extensão de sessenta metros.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia MT-419, trecho entre o rio Teles Pires e a sede do Município de Novo Mundo, representa uma importante ligação rodoviária pelo fato de ser o único recurso viário que integra aquela extensa região produtiva.

Apresentamos uma Indicação propondo a recuperação daquela estrada e agora estamos apontando para a necessidade de se construir uma ponte nessa rodovia, sobre o rio Braço Norte, para que se garanta um tráfego contínuo e com o necessário conforto e segurança.

A população de Novo Mundo e adjacências há muito clama por essa melhoria, que beneficiará principalmente a classe produtora que promove o desenvolvimento e a integração do nosso imenso Mato Grosso.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade de se recuperar a Rodovia MT-206, entre Alta Floresta e Paranaíta.

Fundamentado no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora o envio de uma indicação ao Sr. José Carlos Novelli, Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso - DVOP, mostrando a necessidade de se recuperar com urgência a Rodovia MT-206, que liga Alta Floresta a Paranaíta.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia MT-208, que liga Alta Floresta a Paranaíta, é uma das rodovias estaduais com tráfego mais intenso, o que, pelo próprio uso, a danificou, e ao findar a estação chuvosa comprometeu sua trafegabilidade. Os prejuízos oriundos disso são incalculáveis, porque além das populações municipais envolvidas, à margem da estrada, em todo o trajeto localizam-se propriedades rurais, todas elas utilizando essa rodovia para escoamento de seus produtos.

Além dos deslocamentos rotineiros e do escoamento dos produtos, sabemos que é por essa estrada que nas emergências as pessoas transportam pessoas enfermas. Por isso, rogamos a necessária urgência nessa recuperação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

7ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade de se recuperar a Rodovia MT-419, entre o rio Teles Pires e Novo Mundo.

Com fundamento no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. José Carlos Novelli, Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso - DVOP, evidenciando a necessidade de se recuperar urgentemente a Rodovia MT-419, entre o rio Teles Pires e a sede do Município de Novo Mundo.

JUSTIFICATIVA

Finda-se o período chuvoso no chamado Nortão mato-grossense, e é o tempo oportuno para o DVOP programar e realizar a manutenção das estradas de chão naquela região. A MT-419 é uma das que se encontram em precárias condições de trafegabilidade. O uso intenso, com o solo encharcado, criou diversos atoleiros, e as chuvas contínuas também favoreceram o crescimento da vegetação que se alinha nas margens. Então, há necessidade de encascalhamento, patrolamento e roçada para que aquela estrada volte a desempenhar a sua verdadeira finalidade, oferecendo conforto, comodidade e segurança para os que por ali necessitam se locomover e transportar os seus produtos.

Considerando a existência de pontos verdadeiramente críticos, pedimos que o DVOP inclua essa recuperação em sua lista de prioridades.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

8ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação a necessidade de se reestruturar a rede elétrica da EEPSG “Frei Caneca”, em Carlinda.

Com fundamento no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, uma vez ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora o envio de expediente indicatório ao Exmº Sr. Carlão Nascimento, Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de se reestruturar a rede elétrica da EEPSG “Frei Caneca”, no Município de Carlinda.

JUSTIFICATIVA

A EEPSG “Frei Caneca”, em Carlinda, é uma escola já antiga e está com toda a rede elétrica em péssimo estado de conservação, tendo causado inclusive prejuízos, como a queima de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

aparelhos, por exemplo. Além, é claro, de perda de aulas no período noturno. A recuperação, por essas razões, torna-se inadiável, pois até mesmo risco de incêndio está existindo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PPS

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Registro a presença do Vereador Vilasboa, de Portal do Araguaia, Presidente do PSB, a pedido do Deputado Eliene.

Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, para apresentar uma Indicação de nossa autoria:

Indico ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, a necessidade de doar uma viatura para a Polícia Militar do Município de São José dos Quatro Marcos.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, solicito à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada a presente Indicação ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, mostrando a necessidade de doar uma viatura para a Polícia Militar do Município de São José dos Quatro Marcos.

JUSTIFICATIVA

O Município de São José dos Quatro Marcos, localizado na região da Grande Cáceres, através de seus representantes solicita ao Governo do Estado uma viatura para a Polícia Militar, uma vez que há muito tempo vem enfrentando dificuldades em desenvolver seu trabalho a contento, devido à falta de veículo para a locomoção de policiais.

Diante do exposto, apelamos aos ilustres Pares desta augusta Casa de Leis que olhem pela segurança das pessoas daquele glorioso município, aprovando a propositura em questão.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado JAIR MARIANO - PPS

E também queremos apresentar uma solicitação ao DVOP, uma autorização para implantação de quebra-mola de alerta na rodovia que liga o Município de Carlinda a Alta Floresta, no Distrito de Del Rei.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sobre a mesa, Moção de Congratulações e um Projeto de Lei de autoria do Deputado Carlos Brito:

1^a) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fulcro no que preceitua o art. 272, alínea “i”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, a aprovação e o envio de Moção de Congratulações ao Exm^o Sr. Ministro do Trabalho, pelo fato de o esclarecido Ministro ter proibido, de modo legal, o uso de catracas eletrônicas nos ônibus de transporte coletivo urbano de passageiros, preservando, assim, o emprego de cerca de 170 mil empregos de cobradores em todo o Brasil, num momento em que o desemprego atemoriza o trabalhador brasileiro.

Vale ressaltar que somente em Cuiabá, se instaladas as catracas eletrônicas nos ônibus de transporte público, cerca de quinhentos cobradores perderiam os seus empregos, e novos empregos não seriam gerados. Isso, naturalmente, não estaria longe de acontecer, pois pelo menos 21 cidades brasileiras, conforme informa publicação especializada, já haviam adotado a bilhetagem eletrônica.

A tecnologia, como sustenta o bom senso, deve sempre estar a serviço do homem, seu criador, e não a serviço do lucro, nem sempre compatível com a dignidade humana.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

2ª) PROJETO DE LEI:

Tomba, como patrimônio histórico do Estado de Mato Grosso, o monumento conhecido por Relógio da Fonte Pública, instalado no Município de Nossa Senhora do Livramento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica tombado, como patrimônio histórico do Estado de Mato Grosso, o Relógio da Fonte Pública, edificado na Praça Central do Município de Nossa Senhora do Livramento.

Parágrafo único. Faz parte do bem tombado a área no seu entorno, suficiente esta para garantir a integridade paisagística do monumento.

Art. 2º As obras e serviços de restauração e conservação do conjunto tombado passam a ser, a partir da promulgação desta lei, de responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado, que poderá firmar convênios com outras instituições para esta finalidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A cidade de Nossa Senhora do Livramento, inserida na região conhecida por Baixada Cuiabana, possui, pelas suas características peculiares, um dos mais ricos acervos históricos representativos desta cultura.

Um dos mais antigos municípios do Estado, com 262 anos, Nossa Senhora do Livramento teve sua origem no povoado de Cocais, que surgiu com a exploração do ouro a partir do início do século XVIII. Com o declínio da mineração, ao final do século, a população acabou se mudando para um ponto mais estratégico para o comércio, o sítio do Buriti, de propriedade de Francisco João Botelho, parada obrigatória dos que faziam o caminho entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Como primeiro passo para a fixação da população naquele local foi erigida uma igreja, a mesma que ainda hoje funciona como matriz da paróquia, com algumas modificações.

O esgotamento das lavras e o fim do regime escravagista fizeram Nossa Senhora do Livramento encontrar o seu desenvolvimento numa economia com base na agricultura e pecuária. A cultura de subsistência, com destaque para a bananicultura, fez do Município um grande exportador do produto e seu cultivo persiste até os dias de hoje.

Neste espaço brancos e negros desenvolveram relações típicas de uma sociedade colonial, nitidamente estratificada, porém, como ocorreu em toda a Baixada Cuiabana, com uma evidenciada noção de interdependência cooperativa, talvez fruto do isolamento a que foi submetida toda a região por vários séculos. Daí uma visão própria de mundo, um linguajar, um folclore, que nasceu e se firmou como característico, que se costuma chamar de cuiabania.

Como quase todas as cidades fundadas nesta época, Nossa Senhora do Livramento conta com um rico acervo arquitetônico distinto e representativo de uma cultura e uma época, que em

função do rápido crescimento hoje experimentado pela região corre o risco de desaparecer, como já aconteceu com muitos destes conjuntos, em diversos municípios.

Cabe, neste caso, uma ação política no sentido de se disponibilizar mecanismos que permitam a preservação destas obras, quer pelo valor artístico que possuem, quer pelo valor cultural, símbolo que são de uma época e do modo de viver de uma sociedade.

O relógio da Fonte Pública, instalado na Praça Central do Município de Nossa Senhora do Livramento, foi idealizado pelo saudoso Frei Salvador Roquette, vigário da igreja local, com o apoio do Prefeito Emiliano Monteiro e do Governo do Dr. Júlio Strubing Müller, e em especial de Dona Maria de Arruda Müller, “erigido em benefício da população desta cidade”, conforme afirma a placa comemorativa de sua inauguração, é uma dessas obras que merecem a atenção das autoridades para que se evite o seu desaparecimento ou descaracterização.

Parte integrante e harmônica do conjunto arquitetônico formado pela Praça Central, é uma referência cultural para aquela população, por sua beleza e utilidade, mas esta obra encontra-se abandonada e ameaçada de desaparecer ou ser descaracterizada. Por falta de referência histórico-cultural da nova geração, o monumento está há vários anos quase que abandonado, sem funcionar os seus mecanismos, sofrendo visível deterioração. Próximo a ele foi construída uma edificação que atrapalha a visão e descaracteriza o conjunto, prova do descompromisso com este patrimônio.

Por estas razões entendemos pertinente uma ação política no sentido de se garantir a preservação do Relógio da Fonte Pública através do seu tombamento pelo Governo do Estado, forma de demonstrar à sociedade a importância deste monumento e garantir para as gerações futuras o conhecimento dos valores e das belezas produzidas pelos nossos antepassados.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 04 de maio de 2000
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

Ainda, uma Indicação de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

“Indica ao Exmº Sr. Governador, extensivo ao Sr. Presidente da TELEMAT, a necessidade de instalação de centrais telefônicas e telefone público comunitário no Município de Porto Esperidião.

Com fundamento no Art. 245, inciso II, do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador, extensivo ao Sr. Presidente da TELEMAT, mostrando a necessidade da instalação de centrais telefônicas e telefônico público comunitário no Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

Atendendo as constantes e reiteradas reivindicações da população de Porto Esperidião, tendo à frente a Câmara de Vereadores local e o ex-Prefeito Luís Joel Bento de Oliveira, estamos promovendo gestões junto ao Governo e à Direção da TELEMAT com vistas à instalação de centrais telefônicas nas comunidades de Bocaiuíval, com 1.500 habitantes, Pedro Neca, com 1.800 habitantes, e Vila Cardoso, com dois mil habitantes.

Da mesma forma, torna-se imprescindível a instalação de um telefone público comunitário -TPC na comunidade denominada Entroncamento do Alegre, com cerca de quinhentos habitantes.

A telefonia é atualmente importante fator de desenvolvimento, principalmente em regiões do Estado distantes dos grandes centros, mas que apresentam excelentes índices de crescimento econômico, com o Vale do Jauru e Porto Esperidião em especial.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

Ainda um Projeto de Lei de autoria dos Deputados Humberto Bosaipo, Riva e Eliene:
PROJETO DE LEI:

Institui incentivo fiscal para a realização de projetos desportivos no Estado de Mato Grosso, altera a Lei nº 6.896 de 20 de junho de 1997, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o Artigo 42, da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no Estado de Mato Grosso, incentivo fiscal para a realização de projetos desportivos que visem a estimular e incrementar a prática do esporte amador no seu território.

§ 1º O incentivo fiscal referido no *caput* será constituído por recursos oriundos do Estado e das empresas detentoras do benefício do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso - PRODEI, criado pela Lei nº 5.323, de 19 de julho de 1988, observadas suas alterações posteriores.

§ 2º Constituirão, da mesma forma, incentivo fiscal os recursos oriundos da dedução do valor transferido a projetos desportivos, a título de patrocínio ou investimento, no valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, a ser recolhido pelo patrocinador ou investidor, obedecendo os seguintes critérios:

I - o incentivo fiscal de que trata este parágrafo é limitado, em cada mês, a 3% (três por cento) do valor da arrecadação do referido imposto, pelo patrocinador ou investidor, ocorrida no mês anterior, desconsiderando-se a parcela incentivada, de acordo com os seguintes critérios:

a) 1% (um por cento) do valor da arrecadação do referido imposto, pelo patrocinador ou investidor, ocorrida no mês anterior, desconsiderando-se a parcela incentivada, aplicados em projetos implementados por uma Prefeitura Municipal;

b) 1% (um por cento) do valor da arrecadação do referido imposto, pelo patrocinador ou investidor, ocorrida no mês anterior, desconsiderando-se a parcela incentivada, aplicados em projetos implementados por uma entidade Regional de Administração do Desporto;

c) 1% (um por cento) do valor da arrecadação do referido imposto, pelo patrocinador ou investidor, ocorrida no mês anterior, desconsiderando-se a parcela incentivada, aplicados em cada projeto implementado pela Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, desconsiderando-se a parcela incentivada, aplicados em cada projeto implementado pela Secretaria de Estado de Esportes e Lazer;

II - considera-se, nos termos do disposto neste parágrafo:

a) Patrocínio: a transferência de recursos para a realização de projetos desportivos, com finalidades promocionais, publicitárias ou institucionais, sem retorno financeiro, limitado à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor patrocinado;

b) Investimento: a transferência e recursos para a realização de projetos desportivos que tenham como objetivo, também, o retorno financeiro, limitado à 50% (cinquenta por cento) do valor investido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 2º As empresas que celebrarem acordo com o Estado de Mato Grosso para a obtenção do benefício previsto na Lei nº 5.323/88 e suas alterações posteriores, obrigam-se a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso - FUNDED/MT, criado pelo Artigo 42 da Lei nº 6.700, de 21 de dezembro de 1995, a cada mês, o montante equivalente a 6% (seis por cento) do valor do incentivo concedido, no período, sobre o ICMS.

§ 1º Do valor recolhido ao FUNDED/MT, na forma do *caput*, a empresa poderá utilizar 83,33% (oitenta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) para deduzir da dívida contraída com o Estado, em função do benefício do PRODEI.

§ 2º As importâncias correspondentes ao percentual estabelecido no parágrafo anterior serão corrigidas, para efeitos de amortização da dívida, pelos mesmos indexadores que determinarem a atualização desta, em consonância com o Artigo 7º da Lei nº 6.896, de 20 de junho de 1997, que modificou o benefício do PRODEI.

§ 3º A atualização monetária do valor recolhido será integral, ainda que aplicado qualquer tratamento diferenciado à dívida existente;

§ 4º O percentual remanescente recolhido de 16,77% (dezesesseis inteiros e setenta e sete centésimos por cento) consiste em encargo da empresa beneficiária, vedada qualquer compensação ou outra medida que implique transferência do ônus ao Estado.

§ 5º Caberá à Secretaria de Estado de Fazenda estabelecer a forma e o prazo para o recolhimento dos recursos previstos neste artigo.

Art. 3º Fica facultada às empresas mato-grossenses que atualmente já estejam enquadradas como beneficiárias do PRODEI a opção pela adesão ao disposto no artigo anterior, asseguradas às mesmas, inclusive, a atualização integral dos montantes que vier a recolher ao FUNDED.

Art. 4º Fica facultada a qualquer empresa sediada no Estado de Mato Grosso a opção pela adesão ao disposto no § 2º do Artigo 1º.

Art. 5º O incentivo fiscal instituído por esta lei será aplicado, exclusivamente, no esporte não-profissional, cabendo ao Conselho Estadual de Desporto - CONSED, organizado de acordo com os artigos 11 e 12 da Lei nº 6.700/95, a análise, a avaliação e deliberação sobre os projetos desportivos a serem contemplados, na forma que dispuser seu regulamento.

Art. 6º Os recursos oriundos da dedução do valor transferido a projetos desportivos, a título de patrocínio ou investimento, no valor do ICMS, a ser recolhido pelo patrocinador ou investidor, nas hipóteses previstas no Artigo 1º, inciso I, alíneas “a” e “b”, serão aplicados, desde que atendidas, cumulativamente, às seguintes condições:

I - o Projeto Desportivo Municipal é limitado ao território do Município e ao das Entidades Regionais de Administração do Desporto aos limites do Estado de Mato Grosso;

II - o Projeto Desportivo Municipal deverá conter incentivos fiscais relativos a receitas tributárias municipais, em percentual igual ou superior ao concedido nesta lei, não havendo obrigatoriedade de que os incentivos fiscais estadual e municipal se apliquem ao mesmo contribuinte;

III - a diferença entre o custo do Projeto e o incentivo fiscal do Estado e o do município deverá ser assumida pelas empresas beneficiárias dos incentivos, na mesma proporção de suas participações.

Art. 7º O Poder Executivo editará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta lei, decreto que a regulamentará.

Art. 8º Fica acrescentado o parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 6.896, de 20 de junho 1997, com a seguinte redação:

“Art. 1º...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Parágrafo único A concessão do benefício de que trata esta lei fica condicionada ao compromisso de a empresa recolher ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso - FUNDED/MT, criado pelo Artigo 42 da Lei nº 6.700, de 21 de dezembro de 1995, a cada mês, o montante equivalente a 6% (seis por cento) do valor do incentivo concedido sobre ICMS, na forma que dispuser a legislação específica”.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.978 de 30 de dezembro de 1997.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.896, de 20 de junho de 1997, promove diversas modificações no PRODEI - Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso, aprimorando a sua forma de concessão de benefício, prazos e organização.

Já a Lei nº 6.978, de 30 de dezembro de 1997, além de instituir incentivo fiscal para a realização de projetos desportivos no Estado de Mato Grosso, acrescenta parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 6.896, citada anteriormente, através do qual a concessão dos benefícios do PRODEI fica condicionada ao compromisso de a empresa recolher ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso - FUNDED/MT, criado pelo artigo 42 da Lei nº 6.700, de 21 de dezembro de 1995, a cada mês, o montante equivalente a 6% do valor do incentivo concedido sobre o ICMS.

A nova legislação permitiu o recolhimento médio de R\$7.000,00 ao FUNDED, o que, entendemos, é muito aquém das reais necessidades e desafios que apresenta o esporte em nosso Estado, principalmente quanto à carência de recursos para o seu pleno desenvolvimento, em face do potencial que apresenta.

Assim sendo, apresentamos o presente Projeto de Lei com o objetivo de ampliar o leque de captação de recursos ao FUNDED, alterando a Lei nº 6.896, e através de nova versão revogar a Lei nº 6.978, consolidando as diversas matérias que tratam do assunto.

Sob os bons auspícios e excelentes resultados da Lei Estadual de Incentivos Fiscais à Cultura, propõe a criação das figuras do patrocínio e investimento, em que agentes são os empresários e os montantes são passíveis de abatimento ou dedução no ICMS devido pelos mesmos até o teto de 3% do valor da arrecadação do referido imposto dessa empresa e, por consequência, do Estado.

Da mesma forma, entendemos a necessidade da contrapartida por parte do empresário, preservando seu real compromisso com o esporte em Mato Grosso.

A presente proposta tem por base estudos desenvolvidos pelo Dr. Luís Guilherme Gutman, Professor Doutor da Fundação Getúlio Vargas/Instituto para o Desenvolvimento do Esporte, um dos maiores especialistas da área no Brasil, os quais nossa assessoria adequou à forma legislativa.

Solicitamos, portanto, a aprovação da presente matéria pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS

Deputado RIVA - PSDB

Deputado ELIENE - PSB”

Ainda uma Indicação de autoria do Deputado Moacir Pires:

“Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de roçagem do mato no acostamento no trecho da Rodovia MT-040 que liga os Municípios de Cuiabá a Santo Antônio do Leverger.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Fundamentado no art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências que culminem com os serviços de roçagem do mato no acostamento no trecho da Rodovia MT-040 que liga os Municípios de Cuiabá a Santo Antônio do Leverger.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente indicação após termos recebido várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de adotar providências para viabilizar o trecho da Rodovia MT-040, que tem um tráfego intenso.

A presente indicação, de extrema necessidade, visa ao serviço de roçagem, pois o mato já está entrando na pista, dificultando a visibilidade e aumentando o risco para as pessoas que trafegam entre os Municípios de Cuiabá e Santo Antônio do Leverger.

Frente ao exposto pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 04 de maio de 2000.
Deputado MOACIR PIRES - PFL”

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não havendo mais orador inscrito no Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia (PAUSA).

Indicações...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, tendo em vista que todas as Indicações apresentadas no Pequeno Expediente desta Sessão já são do conhecimento dos Srs. Deputados, solicito que sejam votadas englobadamente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em votação o Requerimento oral de autoria do Deputado Gilney Viana. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em discussão todas as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Expediente.

A Presidência registra a presença dos alunos da IV série do Ensino Fundamental do Colégio Coração de Jesus à Assembléia Legislativa, participando do Programa Por Dentro do Parlamento, acompanhados pelos Professores Tatiana Nogueira Moreno, Dalvina Souza Carvalho, João José de Moraes, Cláudia Maria Soares e Rosiane Félix de Paula Zimmermann.

Damos as boas-vindas aos alunos e sintam-se em à vontade!

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 21/00, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que cria o Conselho Estadual das Vítimas da Violência Urbana. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, é da boa filosofia da Segurança que haja um controle social sobre as atitudes governamentais, especialmente da polícia. É da boa filosofia de Segurança Pública que estabeleçamos formas de controle social à parte da estrutura governamental, porque nós temos o Ministério Público, o Poder Judiciário e o próprio Poder Legislativo que fiscalizam os atos do Executivo. Acontece que o Estado moderno, hoje, abre-se para que a sociedade organizada possa fiscalizar, através de vários instrumentos: da mídia, que é um instrumento de controle de cidadania; de organizações não governamentais, que fazem a fiscalização de modo próprio, e de conselhos, que reúnem representação da sociedade e com representações governamentais.

Eu acho que este Projeto do Deputado Emanuel Pinheiro... Nós sabemos que ele é pré-candidato a Prefeito de Cuiabá, juntamente com a Deputada Serys Slhessarenko, e devem estar na lida, mas eu faço questão de defender este Projeto da lavra do Deputado Emanuel Pinheiro por essas razões que eu fundamentei. Se é um Projeto que estabelece formas de parcerias entre a sociedade e o Governo, para disponibilizar uma política de atenção às vítimas da violência urbana, então qual é o problema disso aqui ter inconstitucionalidade, ter falta de juridicidade, que a Comissão lhe opôs o veto? Diz o Relator que o Projeto quer criar repartição pública. Eu acho equivocado! Conselho de representação não é uma repartição pública, é uma forma de repartições públicas se abrirem ao controle social.

Então, apela a Comissão de Constituição e Justiça para o Artigo 39 da Constituição do Estado, cujo texto impõe iniciativa do Executivo para a criação de cargos e instituições do Estado. Tudo bem, não está nada errado na alegação, só que não é apropriado para este caso, Sr. Presidente - eu não acho apropriado.

Então, eu acho que a iniciativa do Deputado Emanuel Pinheiro é complementar à iniciativa do Deputado Riva e do Deputado Gilney Viana, que foi objeto de votação, aprovação e promulgação pelo Governador do Estado, que cria o Programa de atenção às vítimas de violência e testemunhas ameaçadas. É complementar a uma Lei que já foi aprovada, por sinal carente de aplicação até o momento - o Governo até o momento não foi competente para viabilizar um programa estadual de atenção às vítimas e testemunhas ameaçadas. Neste caso, o conselho poderia subsidiar a atenção às vítimas, com várias combinações.

Concluindo, Sr. Presidente, nós queremos que o Plenário reverta o voto da Comissão de Constituição e Justiça, para que possamos apreciar o Projeto de Lei no mérito, aí sim poderemos apor medidas, emendas que aprimorem o Projeto que é da lavra do nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

Concretamente, em nome da Deputada Serys Slhessarenko e em meu nome, nós encaminhamos a discussão contrária ao Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, esperando que tenha ressonância junto aos nossos Pares. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o voto da Bancada do PMDB, do PT, do PFL - esse Projeto é de autoria do PFL -, do próprio PSDB e do PSB. Criar um Conselho Estadual das Vítimas da Violência Urbana não onera o Estado. É um Conselho! Então, eu acho que é fundamental que marquemos posição e votemos a favor da criação desse Conselho num momento de crise pelo qual o Estado passa com relação à segurança pública. Isto aqui vem simplesmente rediscutir a segurança pública e as vítimas da violência.

Então, eu gostaria de solicitar o apoio do PSDB, do PSB e do PPS a esse Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Alencar Soares - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, solicito à nossa Bancada que vote favorável ao Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Parecer contrário, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários da Deputada Serys Shlessarenko, do Deputado Moacir Pires, do Deputado Gilney Viana, do Deputado Silval Barbosa e do Deputado Zé Carlos do Pátio. Vai ao arquivo.

Solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:18 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 325/99, de autoria do Deputado Romoaldo Júnior, que dispõe sobre a vigilância epidemiológica de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais por uso de agrotóxico no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Romoaldo Júnior - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Romoaldo Júnior.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR - Sr. Presidente, hoje, na Sessão matutina, eu entreguei um Projeto de Lei ao Deputado Eliene, também com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro. Era para eu assinar, e eu não concordei com o relatório. A Comissão de Constituição e Justiça tem rejeitado projetos importantíssimos para esta Casa. Quando apresentamos esse Projeto, tínhamos uma preocupação muito grande, visto que em Alta Floresta somente naquela semana duas pessoas haviam falecido pela falta de instrução, pela falta de conhecimento na aplicação de agrotóxicos. Seria de grande importância esta Casa não só aprovar esse Projeto, mas cobrar da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Cultura, uma política de informação para as pessoas que neste Mato Grosso, que hoje é um grande celeiro agrícola, fazem uso de agrotóxico, e não tem instrução normativa nenhuma.

Portanto, eu gostaria de pedir vista a esse Projeto de Lei, no sentido de discutir junto ao Relator para ver se conseguimos a mudança desse Relatório, porque é um Projeto de grande

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

importância. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido o pedido de vista ao Deputado Romoaldo Júnior, mas eu proponho, se necessário - eu também entendo a importância do Projeto -, que se discuta com as lideranças a possibilidade de derrubar o Parecer, já que há três votos pela rejeição.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 326/00, de autoria do Deputado Nico Baracat, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de parte dos recursos orçamentários da SECOM em campanhas de divulgação específicas e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Gostaria de solicitar de V. Exª se há possibilidade, como o Deputado autor não está em plenário - já aconteceu com o Projeto de Lei do Deputado Emanuel Pinheiro -, se há possibilidade de fazermos a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Defiro o pedido do Deputado Zé Carlos do Pátio, apesar do autor ser o único credenciado a pedir, eu entendo a preocupação do Deputado.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 18/00, que dispõe sobre o reaproveitamento dos vasilhames plásticos de bebidas. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão...

O Sr. Amador Tut - Por gentileza, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a retirada de Pauta do Projeto para dialogar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria que V. Exª discutisse o Projeto ou... Se nós retirarmos todos os Projetos, nós não vamos apreciá-los...

O Sr. Amador Tut - Então, Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, eu acho que é bem visto, todo mundo está assistindo às imagens que temos das margens dos nossos rios - a degradação, a falência da nossa flora e da nossa fauna -, e nós vamos deixar que continuem jogando esses detritos rio abaixo, sem nenhum critério, desrespeitosamente... Estivemos mais uma vez, agora, com o Governador, com a Bancada do Governador, no Palácio, onde ele até disse que quer fazer as microbacias, para sair esse financiamento do BID.

Eu acho que o Sr. Presidente se lembra bem desse recado. O Governador disse que vão formar os conjuntos, as vertentes... Naqueles municípios que fazem parte do desaguamento de um rio, vão ser formados aglomerados - como aquele que eu entrei aqui, no ano passado ainda -, formando-se aglomerados urbanos não só para a telefonia, como também para o meio ambiente.

Isso é muito importante, porque não adianta Cuiabá tratar de sua água, se a cidade de Várzea Grande não trata, se Barão de Melgaço ficar sem tratar, e se em Rosário Oeste não tiver sido tratada. Nós precisamos cuidar disso com mais um pouquinho de critério. Não é simplesmente entrar um Projeto nosso, aqui, e ele ser rejeitado. Eu até aceito que ele seja modificado, ampliado, analisado, mas não rejeitado. Um Projeto, dessa maneira aqui, neste ano, não mais poderá retornar. Da mesma forma está aqui um Projeto de Lei em que nós solicitamos uma maneira de fazer a rede de esgoto, que a rede seja toda com proteção de tela, e que tenha essa rede também nas margens dos rios, também com a proteção, porque tem sim maneira de fazermos a retenção desses detritos que descem pela rede de

esgoto, quando eles caem no rio.

E simplesmente, Sr. Presidente, o Relator diz não...Vamos dialogar. Vamos dialogar o negócio... Eu peço, porque se ele voltar nas mãos de V. Ex^a simplesmente - já tem três votos negativos, é muito difícil derrubar aqui, hoje, esses três votos negativos... Eu penso que V. Ex^a poderia rever isso e até levar às mãos do Governo, da FEMA - a FEMA fala tanto em preservação - e do IBAMA também, que defende muito isso.

Agora, nós trazemos uma idéia, uma sugestão e simplesmente se diz não. Vamos parar de jogar no rio aquilo que nós achamos que não tem valor. Eu estou criando um valor para a embalagem plástica. Quando se for comprar, a mercadoria já tem um valor, ou se leva a usada, ou aquele que catar, e terá um valor a receber, para limpamos esse ambiente.

Olhem, Senhores, é triste! De que adianta, a cada dois anos, fazer uma caravana para limpar o Rio Cuiabá, como já vimos, em que tiraram de lá não sei quantas mil toneladas. Por que não colocar isso no Rio Cuiabá? Não é muito mais fácil não colocarmos, deixarmos de sujar o rio do que fazermos caravana para limpar? Vamos mudar esse aspecto!

Eu peço, Sr. Presidente... Eu sei que se voltar para suas mãos esses dois projetos simplesmente serão enforcados... Então, eu peço, como autor do projeto, a sua retirada da Pauta da Ordem do Dia. Quero conversar na FEMA e na Secretaria do Meio Ambiente, dar um jeito de conversar, porque nós não podemos continuar assim, não.

Só com a discussão aqui hoje, eu estou fadado a perder, porque já tem três votos contrários e não tem como, porque são cinco votos - se três são não, não tem jeito de ganhar. Então, eu peço a retirada desses dois Projetos meus: o dos detritos dos rios e também o outro, que disciplina as redes de esgoto.

Ontem o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlos Brito, disse que isso é serviço do município... Não é, não, Sr. Presidente. O Governo já está se preparando para fazer microbacias, não é mais o município que vai fazer isso, vai ser globalizado o sistema. Nós já perdemos muito, porque eu já lutei com os Senhores aqui no sistema de telefonia. Se nós tivéssemos feito isso na época, teria sido totalmente diferente. Não vou falar nem em custo, vou falar em operacionalidade, porque não temos condições de fazer coisas individualizadas. Nós não temos mais condições de trabalhar com esgoto de cada município separado, a coisa tem que ser em bloco.

E eu peço, Sr. Presidente, que V. Ex^a me faça esse favor, devolva esse Projeto de Lei para que nós possamos conversar, mais uma vez, lá no Governo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer...

O Sr. Gilney Viana - Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, o Projeto de origem do Deputado Amador Tut tem uma intenção relevante do ponto de vista ambiental. O objetivo dele é muito claro: é possibilitar que haja uma reciclagem dos *pets*, como chamam essas garrafas plásticas que bóiam pelo rio, pelo Pantanal afora, e que entulham as margens. Olha, só para uma garrafa daquela ser processada naturalmente demora duzentos anos, Deputado Amador Tut. Então, a intenção de V. Ex^a é exatamente oferecer, garantir o mercado para que ela seja reintroduzida num processo produtivo. Então, está corretíssima a intenção do Projeto de Lei de autoria do Deputado Amador Tut.

Para fazer justiça à Comissão de Constituição e Justiça, é verdade que existem algumas impropriedades legislativas no Projeto, isso é verdadeiro também, porque ele coloca um preço sobre o produto para reciclar, mas quem vai comprar? Será que nós podemos legislar sobre o mercado?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Eu acho que aí tem uma dificuldade, Deputado Amador Tut, em relação à forma como foi expressa a sua intenção - esse é o centro da questão.

Eu gostaria de dizer que nós, não obstante essa impropriedade, gostaríamos de votar a favor para que, no mérito, nós possamos inclusive corrigi-lo, porque há possibilidade na votação do mérito, no processo legislativo, de nós introduzirmos um Substitutivo para melhorar o Projeto. É por isso que conclamo a Deputada Serys Shlessarenko, em todos os Projetos, que votemos contra o Parecer, mesmo sabendo que há uma impropriedade, mas em benefício da tramitação do Projeto, para que ele tenha possibilidade eventualmente de ser corrigido. É esse o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou conceder vista por 48 horas ao Deputado Amador Tut, mas eu quero dizer aos Srs. Deputados que o autor do Projeto, ao deixar o Projeto vir para votação, o Projeto tem que entrar no processo normal de votação, que se faça o pedido de vista dentro dos prazos normais, mas o Projeto deveria ter sido discutido antes, com a FEMA, corrigido, por exemplo nesta questão que o Deputado Gilney Viana falou - e o Deputado Zé Carlos do Pátio e eu também constatamos -, porque não se sabe quem vai comprar o produto.

Então, eu vou conceder vista ao Deputado Amador Tut, o Projeto está fora de discussão - concedida vista ao Deputado Amador Tut.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 69/00, de autoria do Deputado...

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu concedi vista ao Projeto, é para falar sobre ele?

O Sr. Amador Tut - Não, é sobre outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Indeferido o pedido de palavra, pela Ordem.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 69/00, de autoria dos Deputados Eliene e Riva, que institui o Programa Educacional Pré-vestibular e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Eliene - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um encaminhamento aqui, embora não haja resistência ao Projeto, para agradecer aos Deputados Joaquim Sucena e Romoaldo Júnior, que votaram conosco, contra o voto do Relator, nesse Projeto que é de extrema importância, porque hoje nós temos uma demanda de estudantes que concluem o 2º grau na rede pública da ordem de 25 mil. Esses 25 mil estudantes, a sua grande maioria, ou têm uma renda familiar ou renda pessoal muito baixa, na ordem de um ou dois salários mínimos, ou a grande maioria está desempregada.

Nós estamos trabalhando a possibilidade de implantar esse pré-vestibular comunitário, com o apoio do material didático através do Governo do Estado, o remanejamento de alguns professores da rede pública e também uma parceria com os alunos, em que baixariam para a ordem de 15% a 20%, em média, a mensalidade do pré-vestibular, que hoje é de difícil acesso à grande maioria da população.

Então, encaminhamos favoravelmente e achamos que tem um alcance social extremamente importante, mas nós vamos atender e implantar gradativamente esse pré-vestibular comunitário, não atrapalhando os outros, porque vai atender exatamente os alunos que não têm hoje possibilidade de frequentar a rede particular dos cursinhos pré-vestibulares. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação o Parecer. Os Srs. Deputados que aprovam o Parecer, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 34/00, de autoria da Deputada Serys Shlessarenko,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

que estabelece gratificação especial ao professor da rede pública estadual que exerce sua função prestando comprovado serviço na educação especial e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é um Projeto muito importante. Eu vou pedir vista, mas antes eu quero a atenção dos Srs. Parlamentares para que nos auxiliem nesse espaço de tempo do pedido de vista, porque não interessa pedir vista por 24 - ou sei lá quantas horas - e voltar para cá, para ser rejeitado. Isso aqui existiu por mais de dez anos, que é a gratificação de 30% para professores de classes especiais.

Há dias, alguns meses atrás, estiveram aqui representantes de escolas, de centros de tratamento especial aos portadores de deficiência, tanto a crianças, como a jovens e adultos. Essas pessoas estiveram na Sala da Imprensa, e muitos dos Srs. Deputados - por favor, atentem - lá compareceram e ficaram realmente impressionados, achando que esses trabalhadores precisam de um tratamento também diferenciado do da normalidade, devido à dificuldade do trabalho. É um trabalho difícil, trabalhar, ser educador é um trabalho difícil por si só, e exige mais empenho ainda e, muitas vezes, até dificuldades maiores, daqueles profissionais da educação de portadores de deficiências.

Eu peço a reflexão de todos, nós vamos pedir vista, esperamos que o Sr. Presidente conceda e que os Srs. Deputados procedam a um estudo, para que nós revertamos.

Sr. Presidente, solicito vista da referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em 1^a discussão, Projeto de Lei nº 05/00, de autoria do Deputado Amador Tut, que torna obrigatório o uso de capacete, de cor única e com número da Carteira Nacional de Habilitação impresso nos dois lados e na parte posterior do capacete de segurança, ao condutor de motocicleta. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, outra vez nós voltamos aqui não apenas para defender o nosso Projeto, mas para defender uma necessidade. Nós estamos assistindo, no dia-a-dia, ao que acontece através dos moto-taxistas... Estão ocorrendo os maiores assassinatos que acontecem, assalto e tudo, então, por que não podemos identificar? Por que não? Na verdade o homem já usa uma máscara, porque o capacete representa uma máscara, e não tem maneira de identificar a pessoa se ela está com capacete na cabeça. Por que nós não podemos identificar pelo número da Carteira dele?

Sr. Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, eu gostaria de fazer um pedido a V.Ex^a e aos demais Pares, para que nós possamos derrubar esse Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, porque não justifica falar que isso aqui não pode acontecer...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. AMADOR TUT - Pois não, nobre Deputado.

O SR. RENE BARBOUR - O perigo, Deputado Amador Tut, é de mais tarde um Deputado sugerir uma marca a ferro - como se marca o boi - num cidadão, para identificá-lo. Eu não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

vejo motivo nenhum e até não é interesse da Bancada do Governo. Isso não vem ao encontro de interesses do Governo. Eu acho que a Bancada pode até votar de acordo com a sua consciência, mas não vejo motivo de identificar o cidadão por número.

O SR. AMADOR TUT - Ora, por que não, pela Carteira dele, Deputado? Por que não?

Nós estamos vendo todo dia assalto “doido”, todo dia. Agora, infelizmente, como é que a moto tem que ser identificada, como é que o carro tem que ser identificado, como é que uma bicicleta tem que ser identificada, e não pode ser identificado o capacete? Nós queremos deixar escondidos os assaltantes profissionais que estão por aí? Não venha dizer que o moto-taxista, que não está por trás dele o assalto organizado...

Agora, se de fato o nobre Líder da Bancada do Governo mistura identificação de um capacete com a identificação de um boi, de fato é totalmente diferente... E se V. Ex^a não identificar os seus bois lá na fazenda, se V. Ex^a não fizer isso lá, deixe os seus bois sem identificação, não marque nenhum lá para V. Ex^a ver, não faça isso...

Na realidade, me considero derrotado depois dessas expressões, porque será até impossível...

Deixo mais uma vez frisado, Sr. Presidente, que os Senhores vão assistir a dezenas de mais assaltos provocados por esse segmento, porque infelizmente nós não temos segurança. Infelizmente, e cada dia não sabemos quem será. Eu rezo para não ser nenhum parente nosso e não ser do nosso Estado, mas só a minha reza não valerá. É preciso algumas ações para valer, e essas ações são prejudicadas demais... Nós sabemos que essa é uma equipe de motoqueiros que sai rodando nas fazendas e praticando esse tipo de assalto. E por que não? É obrigatório! O sujeito tem que passar pela guarda e sair identificado...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AMADOR TUT - Concedo um aparte a V. Ex^a, com todo prazer.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu solicitei um aparte a V. Ex^a para dizer que eu acho mais que justo V. Ex^a solicitar apoio à Bancada do PSDB, ao Líder do Governo e ao Líder da Bancada, até porque o PL é um Partido que vota sempre com o Governo, e quando o PL precisa do Governo é excluído o companheiro...

Eu quero dizer a V. Ex^a que eu estou sentindo aqui um verdadeiro boicote aos seus projetos. Eu acho que o PL tem que reavaliar esse apoio que vem dando ao Governo do Estado. Eu quero também dizer que o PMDB, o PT e os Partidos de Esquerda vão dar sustentação ao PL...

Usam o PL e quando o PL precisa de apoio, ele não tem. Muito obrigado.

O SR. AMADOR TUT - Agradeço, Deputado.

Sr. Presidente, eu solicito vista ao Projeto, mais uma vez - já que V. Ex^a me entregou dois, que me entregue o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Amador Tut sabe que a Presidência procura sempre conciliar os interesses dos Deputados, mas o Projeto já estando com o Parecer da Comissão e não sendo o Deputado membro da mesma eu não posso deferir o pedido de vista.

Eu deferi, entendi o pedido de V. Ex^a, mas nesse caso em especial eu não posso deferir.

Continua em discussão o Parecer contrário. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários da Deputada Serys Shessarenko, do Deputado Amador Tut e do Deputado Zé Carlos do Pátio. Vai ao arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 325/99, de autoria do Deputado Romaldo Júnior,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

que dispõe sobre a vigilância epidemiológica de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais por uso de agrotóxico no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei havia sido retirado, com pedido de vista, pelo Deputado Romoaldo Júnior, e retorna agora à discussão.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 50/00, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre o programa de arborização das margens das rodovias estaduais. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 29/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que reduz para 12% a alíquota do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, eu solicito aos Deputados que convidem o Deputado Humberto Bosaipo a adentrar ao plenário, tendo em vista que a matéria é de sua autoria.

Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu solicitei a palavra, pela Ordem, para dizer que se o Deputado Humberto Bosaipo não chegar ao plenário, é melhor retirarmos o Projeto, porque é um Projeto de Lei de extrema importância. Vamos retirar esse Projeto se o Deputado Humberto Bosaipo não estiver em plenário, porque é de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão o Parecer...

O Sr. Hermínio J. Barreto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Hermínio J. Barreto...

Eu gostaria de dizer que, caso o Deputado Humberto Bosaipo não esteja aqui, eu levo em consideração o pleito do Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Com a presença do Deputado Humberto Bosaipo, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão, porque o Deputado Humberto Bosaipo pretende discutir a matéria, e eu discutirei a matéria em seguida.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Deputado Riva, Srs. Deputados, Srª Deputada Serys Shessarenko, em mãos para discutir o Projeto de Lei de nossa autoria, que reduz para 12% a alíquota do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos.

Sr. Presidente, eu quero dizer que baseei esse Projeto num Projeto do Governo Itamar Franco, de Minas Gerais. O Governo Itamar Franco tem avançado muito nas questões sociais deste País, e eu falo isso com segurança, porque tive a oportunidade de entregar ao Presidente do Brasil, Itamar Franco, o Título de Cidadão Mato-grossense, na cidade de Sinop, na condição de Presidente desta Casa.

No que pese as posições tomadas pelo atual Governador de Minas Gerais em relação à dívida de Minas Gerais com a União, os precatórios, é uma questão que eu não quero entrar no mérito, mas quero dizer que neste Projeto eu mantive contato com o Governo de Minas Gerais... Aliás,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

é um Projeto que está sendo apresentado por todas as Assembleias Legislativas do País, porque, no Brasil, o assunto é assim: quando a Rede Globo coloca no *Fantástico*, ela tem a capacidade de atingir, pela sua audiência, num horário e num dia em que parece que todos os Parlamentares estão atentos em suas assessorias... Então, esse assunto nasceu no Fantástico, que é a redução do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos, mas tirada do Governo de Minas Gerais. O que é isso?

Nós estamos acrescentando um item, que é a alínea “c”, do inciso II, do Artigo 14 da Lei nº 7.098, de 30 dezembro de 1998, que trata da Lei do ICMS, que diz o seguinte: “medicamento genérico, assim definido pela Lei Federal nº 6.360, de 23 de novembro de 1976.”

Esta proposta, Srs. Deputados, atende a necessidade dos usuários de medicamentos, os quais se vêem restritos aos produtos de marca famosa, lançada pelos grandes laboratórios, que se preocupam - e é natural, porque quase todos os laboratórios são multinacionais ou transnacionais -, se preocupam apenas em aumentar o preço desses medicamentos, que são de alto consumo popular. E se nós fizermos uma estatística com os aposentados e pensionistas do Brasil todo, 60% do dinheiro dos aposentados são gastos em medicamentos, esse é o grande filão que os laboratórios têm...

O Sr. Hermínio J. Barreto - Deputado Humberto Bosaipo, permite-me um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - É uma honra.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Quando o Governo Federal tem a preocupação de, rapidamente, colocar no mercado os remédios genéricos - e aí é de se elogiar o Ministro José Serra, que está “batendo duro” nessa questão -, eu acho que cabe aos Estados brasileiros dar a sua contrapartida, a sua contribuição. E nada mais justo que esta Casa enviar à Secretaria de Fazenda este Projeto de Lei, em que V. Ex^a autoriza que o Estado de Mato Grosso seja um dos primeiros Estados brasileiros, como já é Mato Grosso do Sul, a também dar a sua contrapartida na questão da redução do ICMS.

Eu quero dizer que V. Ex^a está de parabéns, e com certeza vamos aprovar e questionar o Governo, questionar a Secretaria de Fazenda para apoiar a iniciativa de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço, Deputado Hermínio J. Barreto, até porque, Deputado Rene Barbour, esse é um Projeto autorizativo. Nós não podemos legislar na questão financeira, mas nós podemos autorizar o Governo, conforme disse o Deputado Hermínio J. Barreto, a fazer um trabalho como esse. E exatamente porque estamos preocupados, nós somos aqui defensores do povo, com essa diferença de preço...

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já concedo.

Com essa diferença de preço, Deputado Rene Barbour, que às vezes gira, num medicamento genérico, em até 3.000% no custo para os consumidores.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Eu solicito, antes de o Deputado Rene Barbour usar do aparte, ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:51 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua com a palavra, no aparte, o nobre Deputado Rene Barbour.

O Sr. Rene Barbour - Como manifestação do Líder do Governo, quero dizer à Bancada que isto não fere interesse do Governo. Portanto, eu libero a Bancada para que vote de acordo com suas consciências. Os Srs. Deputados ficam liberados, porque não é matéria que venha de encontro aos interesses do Governo, Sr. Deputado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Então, a Bancada está liberada, cabe a V. Ex^a, nessa sua locução convincente, conduzir os Srs. Deputados.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Agradeço ao Deputado Rene Barbour, e depois dessa ordem, eu creio que não precisava nem discutir mais o Projeto... (RISOS NO PLENÁRIO)

Eu faço questão, Deputado Alencar Soares, de colocar alguns parâmetros sobre a questão dos medicamentos genéricos, até para ampliarmos o conhecimento desse debate aqui. Nós temos médicos na Casa que podem, melhor do que eu - que é o caso do Deputado Joaquim Sucena, do Deputado Gilney Viana -, fazer uma explanação sobre o assunto.

Vejam só, esse abuso de os laboratórios - que está sendo denunciado no Brasil inteiro, em relação aos genéricos - aumentarem essa diferença, como disse, em até 3.000%, isso já é do conhecimento de todo o País, os principais jornais do País estão denunciando, e é aí que o Governo Itamar Franco saiu na frente. Os medicamentos genéricos sofrem um boicote... Aliás, os medicamentos não, esse Projeto, não só o nosso como em todo o Brasil, está sendo apresentado, está sofrendo boicote das multinacionais, porque elas não querem perder esse filão.

Imaginem o volume de dinheiro com que um laboratório desse trabalha durante um mês, só em se tratando de aposentados e pensionistas!

Esses medicamentos, por serem genéricos, são os que a população mais consome, e tem gasto a maioria do seu dinheiro com saúde. Essa alíquota de 2% permitirá a redução do preço, que é maior.

Então, essa é a nossa argumentação, e peço aos Srs. Deputados, já com o apoio do Governo, com a liberação de sua Bancada, que nos dê um voto de confiança.

O Deputado Relator - pela assinatura, se não me engano, o Deputado Benedito Pinto - teve aqui o voto contrário dos Deputados Eliene e do Deputado Carlos Brito, pela rejeição do Projeto.

O Parecer argumenta que o ICMS é competência privativa do Poder Executivo. Nós não discutimos isso, tanto é que o Projeto é autorizativo. Nós não discutimos... Eu não posso legislar sobre ICMS. Eu tenho absoluta convicção disso e não apresentaria aqui um projeto se não tivesse essa convicção. Agora, estou remetendo para que o Governo, o Poder Executivo, possa aproveitar essa idéia, por isso o projeto é autorizativo. E quando o projeto é autorizativo, o Governo tem a liberdade de optar por mandar uma Mensagem correlata para a Casa ou não, mas é necessário que os Deputados Estaduais entendam que a redução do ICMS para medicamentos genéricos é necessidade do povo mato-grossense.

Concedo o aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu queria usar da palavra só para enaltecer esse Projeto de V. Ex^a e dizer que o mais importante é o fato político. Eu acho que hoje, a partir do momento em que a Assembléia Legislativa votar este Projeto, nós criamos um fato político e vai ser uma conquista para a sociedade. Era só isso.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Agradeço a V.Ex^a e me dou por satisfeito, Sr. Presidente, na discussão deste Projeto.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Rejeitado o Parecer contrário, aprovado o Projeto. Vai à 2^a discussão.

Esgotada a Pauta da Ordem da Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Jair Mariano (PPS), Romoaldo Júnior (PPS) e Wilmar Peres (PPS).

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Emanuel Pinheiro, do PFL, e Nico Baracat, do PMDB.

Antes de encerrar a presente Sessão, convocamos a próxima para terça-feira no horário regimental. Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda